



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE TEIXEIRA/PB

Processo n.º 08003055020208150391

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **PERSEU MEDEIROS DANTAS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A parte autora alegou em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico, restando permanentemente inválida, pleiteando em juízo uma suposta diferença do valor indenizatório liquidado na esfera administrativa, qual seja **1687,50**.

BRADESCO

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 237 AGÊNCIA: 2373-6 CONTA: 000000429200-6

DATA DA TRANSFERENCIA:	01/11/2019
NUMERO DO DOCUMENTO:	
VALOR TOTAL:	1.687,50

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: PERSEU MEDEIROS DANTAS

BANCO: 237

AGÊNCIA: 01563-6

CONTA: 000000301686-2

Nr. Autenticação

BRADESCO0111201905000000000023701563000000301686168750 PAGO

Deste modo, foi nomeado perito por esse d. juízo, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

VERIFICA-SE QUE O LAUDO PERICIAL INDICA QUE O SEGMENTO ACOMETIDO DE INVALIDEZ É O PUNHO ESQUERDO, SENDO APURADA INVALIDEZ LEVE, 25%.

Conclusão.

Perante o exposto, considerando-se o exame médico pericial realizado, percebemos que ocorreram, em detrimento do evento traumático, os seguintes danos corporais: (1) Fratura do rádio distal esquerdo, submetido à osteossíntese com placa e parafusos, já em alta ambulatorial (sic), indicando dano corporal segmentar (parcial) com perda funcional completa em punho esquerdo (70%), sendo apurada 25% (leve), indicando valor R\$ 843,75, conforme tabela de graduação. A fratura do tarso médio da

TABELA DE
GRADUAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, <u>punhos ou dedo polegar</u>	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	<u>R\$ 843,75</u>	R\$ 337,50

Ressalta-se que a lesão possui enquadramento específico na tabela prevista em lei, que corresponde ao percentual do dano corporal de 25% e não 70%, conforme informado no laudo.

Deste modo o laudo pericial ratifica o adimplemento da obrigação com a **liquidação do sinistro na esfera administrativa**, uma vez que a lesão apurada na esfera judicial através da **prova pericial corresponde a valor inferior ao pagamento efetuado administrativamente**, não havendo de se falar em complementação de indenização.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo apresentado pelo i. Perito, sendo certo que em ambos os casos foram utilizados os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ, valor sobre o qual incidiu a repercussão da lesão sofrida a fim de ser fixado o *quantum* indenizatório.

Diante da quitação administrativa, requer que seja acolhida a conclusão pericial, julgando improcedentes os pedidos formulados na exordial.

No entanto, caso esse não seja o entendimento de Vossa Exa., vem requerer a intimação do ilustre perito para esclarecer razão pela qual indicou o valor de R\$ 2.362,50, se a lesão apurada – 25% DE PUNHO ESQUERDO - corresponde a valor diverso, qual seja, R\$ 843,75.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

TEIXEIRA, 18 de fevereiro de 2022.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB